

J. Freitas



Relator da CPI, Lando indicou os integrantes da sub-relatoria

CPI investigará envolvimento do Executivo

Foi criada ontem uma sub-relatoria da CPI dos Sanguessugas para verificar a participação do Executivo na compra superfaturada de ambulâncias com recursos do Orçamento. Serão investigados os ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Educação. **Página 5**

Senado deve concluir votação do orçamento impositivo

Projeto de ACM permite ao Congresso Nacional compartilhar a responsabilidade sobre o que deve ser executado na programação orçamentária da União

O Plenário inicia hoje a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que obriga o presidente da República a executar as despesas previstas no Orçamento da União

aprovado pelo Congresso. Se for adotado o orçamento impositivo, o chefe do Executivo cometerá crime de responsabilidade se deixar de realizar, sem prévia autorização do Congresso, despesas previstas em lei. Nesse caso,

ficaria sujeito à perda do cargo, respondendo a processo de *impeachment*. A proposta foi aprovada em primeiro turno em junho, com 56 votos a favor e apenas 1 contrário. A pauta de hoje do Plenário conta com 11 itens. **Página 3**



Moreira Mariz

O Plenário do Senado se reúne hoje, a partir das 14h, como parte do acordo de líderes partidários para o esforço concentrado de votações no período pré-eleitoral

Secretário do Tesouro avalia metas fiscais e faz balanço da economia

Na Comissão de Orçamento, Carlos Kawall deve falar sobre ajustes de despesas para garantir investimentos priorizados pelo governo. **Página 2**

Anistia para dívidas de pequenos produtores rurais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária pode decidir amanhã sobre projeto de Efraim Morais que prevê perdão de dívidas de agricultores familiares cuja safra foi afetada por seca ou enchente. **Página 4**

Cálio Azevedo



Comissão de Assuntos Sociais vai analisar pauta com diversas propostas

Agricultor que não notificar foco de aftosa pode ser punido

Projeto da Câmara, que deve ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais, define penalidades ao criador de gado que não cumprir normas de

combate à aftosa. As punições vão de advertência e multa ao cancelamento de alvará de funcionamento do estabelecimento rural. **Página 4**

Controle inflacionário, juros e câmbio estão entre os temas a serem abordados por Carlos Kawall, em reunião na CMO

Geraldo Magela



Parlamentares da Comissão de Orçamento ouvem Carlos Kawall hoje, a partir das 10h30

Secretário do Tesouro avalia metas e faz balanço da economia

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve hoje, em reunião agendada para as 10h30, o secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall Leal Ferreira. Ele fará uma avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2006, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Carlos Kawall também deverá fazer um balanço da economia nacional, incluindo o ajuste de despesas para que sejam preservados investimentos e programas do governo considerados prioritários.

Entre os assuntos que podem ser abordados pelo secretário do Tesouro estão o cumprimento da meta de superávit primário para 2006 e o controle inflacionário. Juros, câmbio, dívidas interna e externa também devem ser tratados por Kawall, que, em entrevista

à imprensa, afastou a hipótese de que as eleições de outubro possam representar riscos para a administração da dívida pública neste ano.

Educação

Amanhã, a partir das 14h30, a CMO volta a se reunir, desta vez para apreciar uma extensa pauta, com destaque para o projeto do Congresso que abre crédito suplementar de R\$ 641,5 milhões em favor do Ministério da Educação para reforço de dotações orçamentárias (PLN 4/06).

Também consta da pauta de votações o requerimento do presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), que visa à criação de um comitê permanente para avaliar informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades consideradas graves, apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão deliberativa às 14h

Os senadores devem retomar hoje as votações em Plenário, às 14h. Entre as matérias em pauta está a proposta do orçamento impositivo. A idéia é obrigar o Executivo a aplicar a



Lei Orçamentária aprovada no Congresso, inibindo instrumentos como o contingenciamento de recursos. A proposta também deve garantir a continuidade de recursos destinados a obras públicas.

Super-Receita na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião marcada para hoje, às 10h. Na pauta, entre outras matérias, projeto do Executivo que cria a Super-Receita, a partir da unificação das secretarias da

Receita Federal e da Receita Previdenciária. Também deverá ser votado o projeto de lei que informa à sociedade os setores econômicos e as regiões que foram beneficiados com incentivos governamentais.

Educação analisa piso salarial para professores

Em reunião, às 11h, a Comissão de Educação (CE) examina, entre outras proposições, projeto que institui o piso salarial profissional dos educadores públicos. Também deve votar projeto que trata do aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior.



Relações Exteriores examina indicações para embaixadas

Amanhã, a partir das 9h30, os senadores que integram a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examinam indicações do Executivo para chefias de embaixadas brasileiras no exterior. O

diplomata Paulo Alberto da Silveira Soares foi indicado para a embaixada do Brasil em Singapura; e Sérgio Eduardo Moreira Lima para o cargo de embaixador na Noruega e, cumulativamente, na Islândia.



CPI dos Sanguessugas define cronograma

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, criada para investigar denúncias de uso irregular de recursos do Orçamento para a compra de ambulâncias com preços superfaturados, reúne-se hoje, às 11h, para fazer um balanço dos trabalhos desenvolvidos até o momento e definir os próximos passos do colegiado.

Meio Ambiente se reúne às 11h

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se hoje, às 11h30, para votar projetos que tratam da segurança para estabelecimentos financeiros e de incentivo ao consumo moderado da água.

Política urbana em discussão na CCJ

Amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza reunião para discutir, entre outros assuntos, as diretrizes para a política urbana, e a aplicação de recursos do Pasep diretamente pelos municípios.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Paulo Paim, Almeida Lima, Valdir Raupp e César Borges

Pauta prevê exame de várias mudanças na Constituição

O Senado realiza hoje, às 14h, sessão deliberativa ordinária para votar uma pauta com 11 itens, sendo o primeiro deles o substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) que obriga o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura de cada sessão legislativa. O exame da matéria, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), será feito em segundo turno.

A PEC 30/02, que dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições, será decidida em primeiro turno. Essa proposta altera as atuais regras sobre a elegibilidade dos substitutos dos prefeitos, governadores e presidente da República. O autor da proposta é o então senador baiano Paulo Souto.

Os senadores devem votar em turno único o PLS 390/05, que altera a Lei das Inelegibilidades. A iniciativa, de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL) e de outros parlamentares, também cria regras mais rígidas para a prestação das contas eleitorais.

Em segundo turno, será votado ainda o substitutivo à PEC 12/03, do senador Osmar Dias (PDT-PR), que define regras para o sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. A PEC 22/00, que institui o orçamento impositivo, terá a primeira sessão de discussão em segundo turno.

Responsabilidade social

Duas PECs estão na pauta para a quarta sessão de discussão em primeiro turno: a 57/05, que permite a apreciação de vetos presidenciais de forma separada pela Câmara e pelo Senado, e a 29/03, estabelecendo que os objetivos de bem-estar e justiça sociais serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social. Segundo a autora da proposta, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a aprovação da medida será um passo inicial para a adoção, no Brasil, de uma Lei de Responsabilidade Social.



Suplicy quer comparecimento do chefe do governo à abertura da sessão legislativa

Emenda incluída na proposta estende aos estados, Distrito Federal e municípios a exigência da execução de gastos

Senado discute hoje orçamento impositivo

Como parte do acordo de líderes para o esforço concentrado de votações no período pré-eleitoral, o Senado inicia hoje a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que obriga o presidente da República a executar as despesas previstas no Orçamento da União aprovado pelo Congresso.

Se adotado o orçamento impositivo, o chefe do Executivo cometerá crime de responsabilidade na hipótese de deixar de executar despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) sem pedir prévia autorização ao Congresso. Nesse caso, ficaria sujeito à perda do cargo, depois de responder a processo de *impeachment*.

A proposta, que tem como primeiro signatário o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi aprovada em primeiro turno em junho último, com 56 votos a favor e apenas 1 contrário.

Na prática, a proposição (PEC



Matérias consideradas relevantes devem ser apreciadas pelos senadores

22/00) permite ao Congresso compartilhar a responsabilidade sobre o que deve ser executado na programação orçamentária. Se o governo enfrentar dificuldades para realizar determinadas despesas, por motivos técnicos, financeiros ou jurídicos, ficará impedido de decidir sozinho pelo bloqueio temporário (contingenciamento) ou abandono da programação. Antes, terá que pedir autorização legislativa com

os motivos que fundamentam a necessidade do contingenciamento ou a impossibilidade da execução.

Deputados e senadores teriam 30 dias para acolher ou rejeitar as mudanças solicitadas pelo presidente. Caso não haja manifestação nesse prazo, as modificações propostas serão consideradas aprovadas. Os pedidos de alteração só podem ser feitos até o mês de agosto.

Depois disso, somente em casos de calamidade pública “de grandes proporções” ou diante de fatos que afetem negativamente a arrecadação.

Impacto federativo

A proposta estende a obrigatoriedade de execução dos gastos aos estados, Distrito Federal e municípios. Embora a Constituição já traga mecanismos que uniformizam as disposições orçamentárias nas três esferas (artigos 25 e 29), emenda apresentada pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) explicitou o alcance federativo das alterações.

Outras três emendas de Mercadante foram também aprovadas. A mais polêmica estabelece que as leis orçamentárias passam a ser examinadas pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado. Com isso, será extinta a Comissão Mista de Orçamento, que hoje realiza o exame concentrado das matérias orçamentárias.

Medida é resposta ao bloqueio de recursos pelo Poder Executivo

A idéia do orçamento impositivo surgiu como reação dos congressistas à baixa utilização, pelo Poder Executivo, das verbas inseridas na lei orçamentária por meio das chamadas emendas individuais ou coletivas. Com as proposições individuais, os parlamentares normalmente sugerem investimentos para os municípios que integram sua base eleitoral.

Os recursos referentes às emendas, no entanto, são classificados como “transferências voluntárias” da União, não estando sujeitos à aplicação obrigatória. A prática vem demonstrando que a execução é muito reduzida. De acordo com informações consolidadas pela Consultoria de Orçamento do Senado, em 2005, de um total autorizado de R\$ 4,7 bilhões em emendas individuais e coletivas, foi executado apenas R\$ 1,5 bilhão. Ou seja, 31,4%, incluindo parcelas de restos a pagar.

A queixa maior se deve à percepção de que, com o orçamento autorizativo, as emendas podem ser utilizadas como “moeda de troca” nas relações entre o Executivo e o Legislativo, para

facilitar a aprovação de matérias de interesse do governo. Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor da proposta de emenda à Constituição que institui o orçamento impositivo (PEC 22/00), além do controle sobre os parlamentares, o modelo autorizativo mantém reféns governadores e prefeitos.

– O orçamento impositivo irá significar que os governadores não precisarão vir todo dia ao Palácio do Planalto para receber uma verbinha qualquer.

Vale observar que a imprevisibilidade da execução também se estende às despesas originalmente inseridas na lei orçamentária pelo próprio Executivo. Tanto assim que, no Orçamento de 2005, foram programados R\$ 22,4 bilhões para investimentos, mas executados somente R\$ 10,2 bilhões. Portanto, somente 45,6% do valor previsto pelo governo e autorizado pelo Congresso.

Como exemplo, para o programa Modernização do Sistema Penitenciário Nacional foi aprovada dotação de R\$ 224,1 milhões, mas foram pagos apenas R\$ 119,8 milhões (53%).

Principais pontos da proposta que obriga a execução da Lei Orçamentária Anual

- Executivo e Legislativo são conjuntamente responsáveis pela execução das despesas orçamentárias inseridas na Lei Orçamentária Anual (LOA)**
Para contingenciar (bloquear temporariamente) ou deixar de executar uma programação de despesa aprovada pelo Congresso, o Poder Executivo deve encaminhar solicitação prévia ao Legislativo. O pedido conterá as justificativas de ordem técnica, jurídica, financeira ou operacional que impossibilitam a execução.
- O Congresso disporá de 30 dias para aprovar ou rejeitar o pedido**
Se o Legislativo deixar de deliberar sobre a proposição em 30 dias, a solicitação do Executivo será considerada aprovada.
- Limite à inclusão de novas programações**
Somente serão admitidas inclusões de novas programações na lei orçamentária vigente na hipótese de as despesas em andamento já terem sido adequadamente atendidas. O mecanismo tem a finalidade de impedir a paralisação de obras por falta de recursos, ocasionando prejuízos à população e aos cofres públicos.
- Vigência das alterações**
As novas disposições orçamentárias devem entrar em vigor no segundo ano após a aprovação da PEC 22/00. Emenda aprovada na votação em primeiro turno determina que o governo apresente ao Congresso, em até 120 dias, projeto de lei complementar para regulamentar as alterações ao texto constitucional.
- Envio ao Congresso de projetos de lei referentes ao ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA)**
A PEC altera os prazos de apresentação de tramitação das leis orçamentárias. No caso da Lei Orçamentária Anual, o prazo do envio da matéria ao Congresso é antecipado de agosto para até o fim de maio (art. 165, § 6º).
- Detalhamento da programação em bases federativas**
Toda a programação indicativa dos gastos deve ser detalhada, no mínimo, por estado e Distrito Federal, tornando mais transparente e incentivando uma melhor distribuição dos recursos em termos regionais.

Entre as proposições a serem analisadas pela CAS está a que permite ao trabalhador movimentar sua conta do FGTS para criação de microempresa

Proposta prevê penalidades para omissão no combate à aftosa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar amanhã o Projeto de Lei da Câmara 76/04, que define penalidades ao criador de rebanhos que não cumprir as normas de combate à febre aftosa. A comissão reúne-se a partir das 9h30.

Jonas Pinheiro (PFL-MT) é o relator da proposta e apresentou substitutivo para modificar a Lei 6.437/77 (que lista as infrações à legislação sanitária federal), estabelecendo a aplicação de penas ao produtor rural que deixar de notificar as autoridades competentes sobre a presença de foco da febre. As penalidades variam de advertência e multa ao cancelamento do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Também está na pauta da CAS o PLS 131/99, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que modifica a Lei 8.036/90 para permitir a movimentação dos recursos da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nos casos de criação de microempresa por parte do trabalhador. O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou emenda à proposição a fim de alterar os valores permitidos para o saque, que ficariam, então, entre R\$ 6.143,38 e R\$ 12.286,75.



Jonas é relator da proposta para multar o produtor que não notificar focos da febre

— Não é justo que o trabalhador, dispondo de recursos em sua conta vinculada do FGTS, não possa utilizá-lo para abrir seu negócio próprio — argumentou Paim, ao dar parecer favorável à proposição.

Outra proposta na pauta da CAS é o PLS 334/03, que acrescenta artigo à Lei 8.212/91 (sobre seguridade social), para garantir isenção parcial de contribuição previdenciária às empresas que adotarem turno extra de trabalho. O recolhimento previdenciário diferenciado para os novos contratados se daria por três anos contados da publicação da norma, desde que haja aumento de pelo menos 60% no número de empregados

admitidos.

— O desemprego tornou-se, ao lado da violência, motivo de grande preocupação social, demandando iniciativas que diminuam os seus efeitos e estimulem a criação de novos postos de trabalho. É preciso que pensemos, com a urgência devida, em alternativas econômicas, políticas e legislativas para esse grave problema — explicou o autor da proposta, senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

Será analisado ainda o Projeto de Lei do Senado 146/06 para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda não dependa de prescrição médica, como analgésicos e antitérmicos, os chamados anódinos.

Tais remédios mitigam ou fazem cessar a dor e são considerados paliativos. A matéria altera a Lei 5.991/73, que trata do controle sanitário sobre o comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos. O projeto, relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO), foi proposto pela Associação Capixaba de Supermercados por meio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Embaixadores para Noruega, Islândia e Singapura serão analisados amanhã

A mensagem presidencial que submete o nome do diplomata Paulo Alberto da Silveira Soares para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Singapura, no sudeste da Ásia, deve ser votada amanhã pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a partir das 9h30. A matéria tem Sérgio Zambiasi (PTB-RS) como relator.

De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o intercâmbio bilateral entre o Brasil e Singapura em 2005 foi de US\$ 1,6 bilhão, o que representa aumento de 66,4 % em relação a 2004.

Nos quatro primeiros meses de 2006, o crescimento do intercâmbio foi de 70% em relação ao mesmo período de 2005. Caso essa tendência seja mantida até o fim do ano, o comércio bilateral

entre os dois países poderá alcançar US\$ 2,7 bilhões. Com uma superfície de 699 quilômetros quadrados (menor que o Distrito Federal), Singapura abriga um pólo industrial de alta tecnologia e um dos mais relevantes entrepostos comerciais do mundo.

Noruega

Outra indicação a ser votada é a do diplomata Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Noruega e, cumulativamente, na Islândia. A proposta é relatada pelo presidente da CRE, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Em 2005, de acordo com o MRE, as exportações do Brasil para a Noruega atingiram US\$ 444 milhões e as importações foram de US\$ 295 milhões, com o registro de saldo positivo de US\$ 149 milhões na balanço co-



Roberto Saturnino preside a CRE, que apreciará mensagens presidenciais

mercial. Os principais produtos exportados pelo Brasil são soja, café, couro, pele de bovinos, carboneto de silício, carnes, radares e alumina calcinada.

Para a Islândia, em 2005, o Brasil exportou US\$ 4 milhões e importou dela US\$ 1,8 milhão. Os principais produtos exportados são ardósia, café, alumina calcinada, assentos estofados, construções pré-fabricadas, painéis de madeira, colchões e partes de motores.

Projetos que perdoam dívidas dos agricultores estão na pauta da CRA

A análise de uma pauta com seis itens está prevista para amanhã, a partir das 11h, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Entre os projetos está o PLS 259/04, do senador Efraim Morais (PFL-PB), que propõe anistia das dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, bem como por suas cooperativas e associações, cujo valor originalmente financiado seja de até R\$ 35 mil.

Se aprovado, o projeto, que receberá decisão terminativa da CRA, poderá beneficiar agricultores que perderam a safra em virtude de fenômenos climáticos em municípios onde tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública. A proposta objetiva ainda fixar condições para a renegociação de débitos de até R\$ 75 mil para agricultores que também sofreram prejuízos em razão de problemas climáticos. O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), apresentou parecer pela aprovação da matéria, concordando com o entendimento do autor de que o governo pode ajudar os brasileiros, uma vez que tem perdoado dívidas de outros países como Bolívia, Cabo Verde, Gabão e Moçambique.

Também está na pauta o PLS 200/02, de autoria do então senador Wellington Roberto, que propõe anistia de parte das dívidas que pequenos produtores rurais, pescadores e suas cooperativas



Efraim propõe beneficiar agricultores que tiveram prejuízos por motivos climáticos

e colônias têm com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil. O relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), apresentou parecer favorável.

Pode receber decisão terminativa na reunião projeto (PLS 265/03) de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que altera a Lei 8.171/91 para incluir entre os beneficiários do crédito rural arrendatários de terras, parceiros, consórcios e condomínios de produtores rurais e os quilombolas. Segundo o relator, Flávio Arns (PT-PR), é necessária a criação de mecanismos que incentivem a formalização de contratos agrários.

Devem ser analisados ainda o projeto 153/02, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte, o PLS 369/03, que propõe a introdução de títulos da dívida dos agronegócios no mercado financeiro nacional, e o Projeto de Lei da Câmara 6/03, que trata da administração e do conselho fiscal das sociedades cooperativas.

Comissão vota nomes de indicados para diretoria da ANTT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverá analisar amanhã, a partir das 10h, a recondução de Francisco de Oliveira Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O relator da matéria é Leonel Pavan (PSDB-SC). Está também na pauta da comissão o exame da indicação — que tem como relator João Tenório (PSDB-AL) — de Wagner de Carvalho Garcia para o cargo de diretor na mesma autarquia.

Francisco de Oliveira Filho é publicitário de formação e exerce o cargo de diretor da ANTT desde 2003. Nesse período, segundo Pavan, Oliveira Filho atuou na elaboração de diversos procedimentos operacionais de

transporte rodoviário, como a instituição do seguro de responsabilidade civil e a implantação do certificado de registro para fretamento.

O relatório de Tenório destaca a atuação de Garcia como coordenador-geral de estudos e pesquisas da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), cargo que ocupa desde 2003. Garcia também foi o responsável pela coordenação do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, por programas de treinamento e de intercâmbio com organizações nacionais e internacionais e por inspeções e controle de obras.

Novo órgão da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas vai abranger as pastas da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Educação



Serys apresenta defesa à CPI e contesta denúncias de envolvimento em esquema

Serys autoriza à comissão a quebra de sigilos

Ao entregar ontem sua defesa contra as denúncias de envolvimento com a máfia das ambulâncias, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) autorizou a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas.

A parlamentar teve de prestar esclarecimentos à CPI porque Luiz Antônio Trevisan Vedoin – apontado como um dos principais operadores da máfia das ambulâncias – teria afirmado à Justiça que repassou, por meio do esquema, R\$ 35 mil a um genro de Serys. O valor seria utilizado, segundo Vedoin, para pagar dívidas de campanha da senadora.

Além de repelir essas denúncias, Serys disse que “as acusações que me foram repassadas pela CPI não trazem nenhuma prova documental” e que sua campanha ao Senado “não deixou dívidas”.

A senadora afirmou que não divulgará cópias de sua defesa por respeitar o segredo de Justiça.

– Sou contra toda sorte de sigilo, mas não posso ter o mesmo comportamento de quem fica vazando informações desconstruídas que só contribuem para abalar a credibilidade das investigações.

Biscaia diz que deve haver segunda fase

A CPI dos Sanguessugas já tem provas de que o esquema funcionava pelo menos desde o ano 2000 e envolvia também a área de Ciência e Tecnologia e possivelmente outros ministérios. Por isso, o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), anunciou que deve haver uma segunda fase de investigações.

Sub-relatoria da CPI investigará participação do Poder Executivo

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas criou uma nova sub-relatoria, com o objetivo de investigar a participação do Poder Executivo no uso irregular de recursos do Orçamento da União para a compra de equipamentos com preços superfaturados destinados a municípios. O relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), indicou ontem os parlamentares que vão compor a sub-relatoria. São eles o senador Flávio Arns (PT-PR) e os deputados Gastão Vieira (PMDB-MA) e Júlio Re-decker (PSDB-RS).

– Temos que investigar o Executivo. Por isso, estou propondo essa nova sub-relatoria para investigar os ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Educação – afirmou Lando.

A CPI já contava com quatro sub-relatorias: de Investigação do Esquema de Fraudes na Aquisição de Unidades Móveis de Saúde; de Processo Orçamentário; de Investigação de Parlamentares; e de Sistematização.

Vedoin

Foi adiado o depoimento que o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio-proprietário da Planam, empresa apontada como organizadora da máfia das ambulâncias, prestaria hoje à CPI na Polícia Federal, em caráter reservado. O depoimento deverá ajudar os membros da comissão parlamentar de inquérito a esclarecer algumas dúvidas em relação a um outro depoimento prestado pelo empresário durante nove dias à Justiça Federal em Cuiabá, onde esteve preso.

Em entrevista que concedeu à imprensa na manhã de ontem, Lando defendeu que os trabalhos da CPI mista não se encerrem com a apresentação do relatório previsto para ser divulgado entre os dias 9 e 16 de agosto. Na opinião do senador, as atividades têm que continuar para que seja avaliada a responsabilidade do Poder Executivo no esquema de fraudes.

Questionado se essa segunda fase teria início logo após a divulgação do relatório da primeira fase, que investiga os parlamentares envolvidos, ou se aguardaria o fim das eleições, em outubro, o senador por Rondônia reiterou que as investigações não devem parar.

– No meu entender, os trabalhos continuam permanentemente. Nós temos que analisar é a assiduidade das reuniões – salientou.



Para Lando, trabalhos não se encerrarão com divulgação de relatório ainda este mês

Ranking dos envolvidos pode ser anunciado

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), disse ontem que um ranking dos parlamentares envolvidos com a máfia das ambulâncias será entregue hoje à cúpula da CPI pelo sub-relator de Sistematização, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). No entender de Jungmann, a relação deverá ser divulgada com o máximo de transparência. O anúncio entretanto, não foi confirmado pelo relator da CPI, senador Amir Lando.

Para Jungmann, são 105 os parlamentares envolvidos, incluindo 15 ex-congressistas. De acordo com o deputado, há algum tipo de prova material contra 80% desses parlamentares, que, para efeito do ranking, conforme disse, serão classificados conforme a natureza do benefício recebido e a comprovação do envolvimento. “Há evidências materiais incontestáveis contra cerca de 40 parlamentares”, afirmou.

Por prova material, entendem-se depósitos em contas bancárias,



Jungmann diz que uma prova material não leva necessariamente à condenação

recibos, notas fiscais, bens recebidos, evidências de prestação de serviços, entre outros. Jungmann deixou claro que uma prova material não leva necessariamente o parlamentar a ser condenado. Ele citou como exemplo o depósito bancário na conta de assessor como uma evidência que previsivelmente será contestada.

Segundo a natureza do benefício recebido em troca da emenda parlamentar que levou à compra fraudulenta de ambulâncias por

prefeituras e outros órgãos públicos, o critério de classificação do parlamentar levará em conta:

- 1 – depósito em conta corrente do próprio parlamentar ou de parente;
- 2 – depósito em conta corrente de auxiliar vinculado ao próprio parlamentar (chefe de gabinete, assessor parlamentar, assistente técnico, etc.);
- 3 – depósito em conta corrente de terceiros (pessoas ou empresas indicadas pelo parlamentar ou por assessor);
- 4 – dinheiro recebido em espécie pelo parlamentar e/ou por auxiliar vinculado ao próprio parlamentar;
- 5 – outros benefícios recebidos direta ou indiretamente pelo parlamentar (bens móveis, prestação de serviços, etc.);
- 6 – ausência de menção a pagamentos ou benefícios recebidos direta ou indiretamente pelo parlamentar;
- 7 – ausência de menção do envolvimento do parlamentar no depoimento de Vedoin à Justiça.

Almeida Lima tem “proposta radical” contra corrupção

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou ontem o que chamou de “proposta radical” para combater a corrupção decorrente de negociações com emendas parlamentares ao Orçamento. Este passaria a ser exclusivo da União, não mais abrigando verbas para obras que ensejassem a interferência de governadores e prefeitos em associação com parlamentares e empresários.

– O Orçamento da União é a fonte inesgotável e causadora de parcela expressiva da corrupção praticada neste país – disse o senador sergipano, para quem os parlamentares “vendem sua alma” ao Poder Executivo, em troca da liberação de suas emendas ao Orçamento. Afirmou que o governo Lula só libera recursos das emendas de autoria de parlamentares que lhe são obedientes.

Almeida Lima sugere que os recursos hoje objeto de emendas sejam transferidos aos estados e municípios na forma de divisão tributária, por meio dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Isso evitaria que a esfera federal se envolvesse em projetos como a compra de ambulâncias, que acabou levando ao sistema de fraudes batizado de máfia dos sanguessugas.

– Ouso afirmar que as medidas atualmente discutidas, inclusive essa do caráter impositivo, embora importantes, não promoverão as mudanças que visam impedir que a execução orçamentária se torne moeda de troca para todos os tipos de negociatas e barganhas entre governos, parlamentares e empresários – disse Almeida Lima.



Almeida Lima: recursos seriam transferidos por meio de fundos

Senadora apóia assembléia nacional constituinte – composta por integrantes não-políticos e para funcionar em 2008 – que execute reformas estruturais necessárias

Iris defende uma constituinte exclusiva “para refundar o país”

Iris de Araújo (PMDB-GO) conclamou a população brasileira a reivindicar a realização de uma assembléia nacional constituinte exclusiva, composta por integrantes não-políticos, que possa ser eleita em 2007 e funcionar em 2008.

Conforme a senadora, a proposta, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, seria uma forma de “refundar” o país, executando as reformas estruturais necessárias. Segundo Iris, a assembléia funcionaria de forma paralela ao Congresso, porém sem vínculos com o Parlamento, sendo dissolvida tão logo concluisse seus trabalhos. Tal independência do Legislativo, frisou, daria à inédita assembléia o poder de executar todas as reformas constitucionais de que o país precisa,



Iris cita pesquisa que revela descrença da sociedade, principalmente com o Congresso

inclusive a do próprio Congresso Nacional.

Em defesa de sua tese, Iris citou dados de pesquisa da CNT/Sensus, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes, segundo a qual somente 0,4% dos entrevistados acreditam no Congresso, 3,9%

no governo e somente 11% confiam na Justiça.

– Houve uma devastação da imagem do Congresso em virtude dos escândalos apurados pelas CPIs. Isso revela que o brasileiro se sente ultrajado. A nação reclama por princípios de ética. O que está em jogo é a credibilidade das

Pauta extensa para reunião de hoje na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião hoje, às 10h, para discutir e votar uma pauta com 24 projetos. Os dois primeiros itens da pauta são o PLS 397/99, que explica de maneira mais clara à sociedade os setores econômicos e as regiões que foram beneficiados por incentivos governamentais, e o PLC 20/06, que cria a Super-Receita.

Também constam da pauta projeto que altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas (PLS 249/04), do senador Edison Lobão (PFL-MA), que receberá decisão terminativa e tem parecer favorável do senador Mão Santa (PMDB-PI), bem como o projeto (PLS 52/02), do então senador Ademir Andrade, que estabelece critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A proposta tem parecer favorável do senador



Edison Lobão é o autor do projeto que permite dedução do IR para filantropia

Jonas Pinheiro (PFL-MT) e não é terminativa na CAE.

Prioridades

Os senadores da CAE estabeleceram prioridades para as votações nas últimas reuniões da comissão e colocaram as matérias destacadas como as primeiras da pauta. O PLS 397/99, do senador Edison Lobão (PFL-MA), já foi lido pelo relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria é terminativa na CAE.

O PLC 20/06, que cria a Super-Receita, já teve a votação adiada por várias vezes devido à polêmica sobre questões vinculadas às categorias profissionais envolvidas nas novas mudanças.

Gilvam quer o fim do exame da OAB para bacharéis de Direito

Aguarda deliberação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destinado a acabar com o exame realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para autorizar o exercício da advocacia por quem se diploma em Direito (PLS 186/06). A iniciativa, que receberá decisão terminativa, ainda não tem relator na CCJ.

O texto muda o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94) para estabelecer que cabe à OAB promover, com exclusividade, a representação, a defesa e a disciplina dos advogados, mas não selecioná-los mediante exame de proficiência, como acontece hoje. Se conseguir aprovar essa

mudança, Gilvam Borges diz que estará promovendo uma “alteração judiciosa e pertinente na carreira advocatícia, a que tantos bacharéis em Direito têm aspirado”.

O senador argumenta que a advocacia é a única profissão para cujo exercício a entidade representativa de classe exige aprovação em exame de proficiência. Ele afirma que, apesar de o aspirante à carreira haver sido diplomado em instituição de ensino superior, oficialmente autorizada e credenciada pelo Ministério da Educação, é compelido a submeter-se “a essa espécie de certame” que, em sua opinião, não tem o poder de avaliar a capacidade técnica do diplomado.

Antonio Carlos critica comentário de Lula sobre idade de Itamar Franco

Ao discursar em Plenário ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou comentário do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre Itamar Franco. Na última sexta-feira, Lula disse, referindo-se ao ex-presidente, que “a pessoa, depois dos 75 anos, pode falar o que quiser”.

A afirmação de Lula foi uma resposta às críticas feitas ao seu governo por Itamar, o qual na semana passada declarou apoio à candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência.

– O presidente tentou ridicula-

rizar Itamar, como se este fosse alienado por causa da idade – protestou Antonio Carlos.

Verbas

O senador também destacou a matéria “Governo casa liberação de verbas com viagens de Lula”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no último sábado. De acordo com o texto, “um dia antes de o presidente viajar em campanha pelo Sul do país, o governo federal anunciou ontem [28 de julho] a liberação de recursos [cerca de R\$ 612 milhões] que beneficiarão os três estados da região”.

Na avaliação de Antonio Carlos



Presidente tentou ridicularizar Itamar como se este fosse alienado, diz ACM

Magalhães, Lula “está tentando melhorar sua situação [em termos eleitorais] na região Sul, que é gravíssima”.

César Borges acusa presidente de usar máquina pública em campanha

César Borges (PFL-BA) acusou ontem o presidente Lula e seu governo de “fazerem uso da máquina pública para subverter o processo eleitoral”. As críticas do senador basearam-se no texto “Governo casa liberação de verbas com viagens de Lula”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sobre o anúncio da liberação de R\$ 600 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

para os setores de movelaria, máquinas e implementos agrícolas do Sul do país, às vésperas de o presidente Lula sair em campanha pela região.

Outra reportagem da *Folha de S. Paulo* citada por César Borges (“Ministros intensificam viagens para colaborar com a reeleição”) aponta o suposto envolvimento do primeiro escalão com a campanha presidencial, hipótese

levantada devido à intensificação da agenda de viagens de ministros para divulgação de ações do governo. O senador demonstrou indignação com os fatos noticiados e cobrou uma ação rápida e eficaz da Justiça Eleitoral para coibir eventual desvirtuamento dos gastos públicos no período pré-eleitoral.

– Isso é uso da máquina pública, corrupção eleitoral. É preciso

que o Judiciário aja logo, com eficiência e eficácia, sob pena de termos um pleito ilegítimo – reivindicou.

Além de classificar a estratégia de campanha do presidente Lula de “crime eleitoral”, o senador a considerou um “crime de lesa-pátria”, por acreditar que os gastos recém-anunciados poderão levar a uma situação de descontrole fiscal em 2007.



Judiciário precisa agir contra corrupção eleitoral, cobra César Borges

Pavan cobra ajuda do governo aos fruticultores de Santa Catarina

Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu que o governo federal ajude os agricultores do país, especialmente os fruticultores de Santa Catarina que sofreram perda de 40% na produção em razão da geadas e da chuva excessiva no período da floração.

O senador afirmou que, durante visita ao estado no último fim de semana, o presidente Lula voltou a garantir que a economia está bem, “apresentando números que não condizem com a realidade”.

– Gostaria que o presidente tivesse conversado com as pessoas da região, tivesse perguntado aos agricultores como está o setor. Ele ouviria que não está como diz a propaganda do governo – observou.

Pavan disse que Santa Catarina exportou 160 mil toneladas de maçã em 2005, mas que o feito não se repetirá este ano por causa do câmbio, que mantém o real valorizado.

– Ninguém é culpado pelas condições climáticas, mas o governo deve estar preparado para socorrer os agricultores nessas ocasiões difíceis, com subsídios, créditos, assistência e condições para concorrer com produtos importados. Queremos que o go-



Pavan: realidade dos agricultores não é a mostrada nas propagandas oficiais

verno federal cumpra sua missão e seu compromisso de atender os agricultores que, além de serem castigados pelo clima, ainda são castigados pelo governo Lula, que não cumpre suas promessas e acordos – criticou.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou que o recente pacote agrícola foi insuficiente. Ele advertiu que, sem compensações para quem produz, “em pouco tempo os brasileiros vão comer o que é produzido em outros países”. O senador César Borges (PFL-BA) lembrou que a crise se estende também ao setor pecuário e frisou que os efeitos danosos vão surgir em breve na forma de desabastecimento.

Paim propõe que seguro-desemprego possa ser prorrogado por até um ano

Para atender as vítimas de calamidades naturais, epidemias ou grave crise econômica, o senador Paulo Paim (PT-RS) quer ampliar para 12 meses o período máximo de prorrogação da concessão do seguro-desemprego. O projeto (PLS 127/06) que altera a Lei 8.900/94 está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O seguro-desemprego é um benefício que pode ser concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo de três a cinco meses. Hoje, esse prazo é prorrogável em até dois meses para grupos específicos de segurados.

– A prorrogação de 12 meses não vai comprometer a saúde financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), visto que a concessão do benefício continuará sujeita à apreciação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Os critérios para essa decisão continuarão sujeitos à regra de que o gasto adicional não ultrapassará, em cada semestre, 10% do montante da Reserva Mínima de Liquidez prevista em

lei – argumenta Paim.

O senador disse que sua iniciativa objetiva minimizar os efeitos da exclusão social a que muitos trabalhadores e suas famílias estão submetidos, especialmente os relacionados ao trabalho e às necessidades básicas.

– Situações de calamidade decorrentes, nos centros urbanos e principalmente no campo, de vendavais, incêndios, inundações, longas estiagens, chuvas de granizo, geadas, em suma, fatos imprevistos, acabam empurrando o trabalhador para a marginalização, para a miséria e para a completa exclusão social – afirmou.

Paim acrescenta entre esses fatores as epidemias de febre aftosa e a ameaça da gripe aviária, que eliminam postos de trabalho em fazendas, granjas, matadouros, frigoríficos, curtumes. “São períodos de crise econômica que restringem o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho ou o submetem a toda forma de subemprego, comprometendo sua dignidade e as garantias que a lei lhe assegura”.

Senador afirma que os parlamentares nordestinos destinam emendas à sua região, mas nem sempre o dinheiro é liberado pelo governo federal

Suassuna diz que orçamento impositivo beneficiará Nordeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a adoção do orçamento impositivo, caminho para garantir que o Nordeste receba efetivamente todas as verbas que são previstas no projeto orçamentário federal. Ele ponderou que hoje os parlamentares nordestinos destinam emendas à sua região, mas muitas vezes o dinheiro não é liberado pelo governo federal, “especialmente se o autor da emenda é da oposição”.

– Admito que o orçamento impositivo possa ser implantado gradualmente, mas que seja implantado. O que não pode continuar é o faz-de-conta de hoje, em que o governo diz que vai cumprir o orçamento e a gente faz de conta que acredita – afirmou.

Suassuna lamentou o fato de até agora o governo não ter cumprido a promessa de recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão que, nas últimas décadas,



Suassuna afirma que lutará pela instalação de um pequeno pólo petroquímico no estado da Paraíba

financiou a infra-estrutura da região. O Banco do Nordeste, por sua vez, “está exaurido”, acrescentou.

O senador frisou que lutará pela instalação de “um pequeno pólo petroquímico na Paraíba”, aproveitando que Pernambuco,

estado vizinho, está recebendo uma refinaria de petróleo. “Hoje, a Paraíba não tem um investimento de vulto”, lastimou.

Suassuna manifestou esperança de que a região de Sousa (PB) apresente produção de petróleo, informando que a Agência Nacional do Petróleo irá licitar uma área no município para exploração, em novembro. Para melhorar a situação do Nordeste, o parlamentar defendeu “uma política racional de planejamento do país e da região” que permita reduzir as diferenças entre o Sul-Sudeste e o Nordeste.

Lembrou que a Constituição determina que as regiões mais pobres devem receber mais verbas, para reduzir as desigualdades entre os estados. No entanto, na prática, “isso não tem funcionado nem para o Nordeste e nem para o Centro-Oeste”.

Raupp cobra construção de gasoduto Urucu-Porto Velho

Ao criticar o projeto da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) de fazer a interligação elétrica de Rondônia a Mato Grosso, Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo federal a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Na avaliação de Raupp, a interligação elétrica, além de colocar seu estado sob o risco de enfrentar um “apagão” nos próximos três ou quatro anos, significará o fechamento de usinas termelétricas recentemente construídas na região e que poderiam ser abastecidas, a custos menores, com o gás proveniente da bacia do rio Urucu.

– Espero respeito dos órgãos



Raupp critica projeto de interligação elétrica dos estados de RO e MT

governamentais. Que construam o gasoduto Urucu-Porto Velho, que coloquem gás na termelétrica de Porto Velho e não ligando o sistema agora para levar energia

elétrica – disse.

O senador lamentou “a má utilização de mais de 7 milhões de metros cúbicos de gás natural produzido diariamente na região amazônica pela Petrobras”. Esse volume de gás, queimado ou reinjetado em poços, destacou o senador, corresponde a 30% do total importado da Bolívia pelo Brasil.

Citando dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Raupp lembrou ainda que a utilização do gás natural de Urucu em Porto Velho possibilitaria economia de R\$ 500 milhões na geração de energia elétrica nas usinas térmicas do sistema Acre/Rondônia.

Museu do Senado

Uma história de arte



O Senado Federal possui um museu para relembrar a sua importante presença na vida do Brasil. Venha conhecer de perto a nossa história.

Museu do Senado
www.senado.gov.br

Senadores avaliam resultados da pesquisa Prova Brasil – feita com alunos do ensino fundamental – e alertam para o baixo nível da educação no Brasil

Papaléo quer fim da demagogia no tratamento da educação

Ao analisar os resultados da pesquisa Prova Brasil, que avaliou mais de 3 milhões de alunos matriculados na 4ª e na 8ª série da rede pública de mais de 5 mil municípios, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a necessidade de a educação deixar de ser tratada com demagogia. Ele cobrou medidas concretas e seriedade na gestão para que a educação possa dar um salto de qualidade nos próximos dez anos.

– Não significa muita coisa continuar dizendo que temos hoje mais de 97% de nossas crianças entre 7 e 14 anos matriculadas nas escolas, quando sabemos que a qualidade de ensino está longe de ser pelo menos aceitável. A propaganda governamental costuma enaltecer os percentuais, mas esquece de dizer que, em língua portuguesa e em matemática, nem 10% dos



Descompasso entre discurso e realidade contribui para atraso na educação do Brasil, afirma Papaléo

estudantes atingem o desempenho adequado ao seu nível de escolaridade – afirmou.

Segundo Papaléo, o governo também evita comentar que, de cada cem estudantes, apenas 31

terminam a 8ª série e avançam para o ensino médio e que, na educação infantil, dos 22 milhões de crianças com até seis anos de idade, mais de 9 milhões não frequentam as instituições de ensino. O senador observou que esse descompasso entre o discurso e a realidade também contribui para o atraso na educação do Brasil.

Papaléo lamentou que propostas do Ministério da Educação – como o Pró-Licenciatura, o Pró-Letramento, o Pró-Infantil, o Pró-Formação, o Programa de Formação Continuada de Professores, o Programa Universidade Século XXI e o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – que pretendiam elevar a qualificação dos professores não foram totalmente viabilizadas.



Lúcia Vânia: declaração do presidente mostra que educação não foi prioridade

Lúcia Vânia critica promessa de Lula na corrida pela reeleição

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ontem que o governo Lula não deu prioridade à educação no país. A senadora criticou recente declaração do presidente que, segundo ela, dissera que “se for reeleito, dará prioridade à educação”. Para Lúcia Vânia, a afirmação demonstra que o governo Lula não dispensou a devida atenção ao problema.

A senadora fez referência à

pesquisa Prova Brasil, promovida pelo Ministério da Educação. De acordo com Lúcia Vânia, o projeto promoveu avaliações de 3,3 milhões de alunos da 4ª à 8ª séries do ensino fundamental em 43 mil escolas de 5.418 municípios do país. A parlamentar disse que a Prova Brasil foi criada com testes de matemática e leitura “para identificar as experiências positivas e as dificuldades de aprendizado enfrentadas por escolas, alunos e professores”.

Os resultados da pesquisa, continuou a senadora, foram estudados pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e mostraram que mais da metade das crianças que cursam a 4ª série “mal decifram textos simples e não conseguem lidar corretamente com números, não realizando sequer uma simples divisão”. O mesmo estudo mostrou, acrescentou Lúcia Vânia, que de cada cem alunos que completaram o ensino fundamental, apenas 40 chegaram ao fim do ensino médio.

– As taxas de reprovação e evasão se mantêm altíssimas, estimadas em 30% na 1ª série do ensino fundamental e 40% na 1ª série do ensino médio – informou a senadora.

Mesquita Júnior resalta entrevista de Viviane Senna

Em pronunciamento feito ontem, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) destacou entrevista da presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna, à revista *IstoÉ*, na qual ela faz um diagnóstico “trágico e assustador” sobre a situação do ensino fundamental público no Brasil. Para a irmã de Ayrton Senna, destacou o parlamentar, “os brasileiros construíram um país para poucos”, referindo-se à baixa qualidade do ensino básico e aos altos índices de repetência – cada criança em média repete duas vezes a série escolar, a um custo de R\$ 8 bilhões anuais. O senador pediu a transcrição da entrevista nos Anais da Casa.

– São 34 milhões de crianças e adolescentes no ensino fundamental. Uma Espanha no ensino de 1ª a 8ª série – destacou o sena-



Mesquita Júnior frisa diagnóstico da irmã de Ayrton Senna sobre ensino no país

dor ao citar Viviane Senna.

Mesquita Júnior enfatizou que Viviane Senna considera a educação básica uma educação “de fachada”, pois as crianças não adquirem o domínio do idioma,

da escrita, da fala e das operações básicas da matemática. Assim, o que ocorre é uma falsa inclusão social. O parlamentar ressaltou que a experiência do instituto comprova que, quando lhe é oferecida educação de qualidade, a criança, mesmo a que não tem recursos, aprende.

Na avaliação do senador, o diagnóstico – por ele classificado como “frio, emocionante e trágico” – deve servir de alerta e também para promover, nos diversos segmentos sociais e no próprio Senado, uma reflexão que leve à conscientização para a adoção de ações que tornem possível a mudança desse quadro. Como consequência, acredita Mesquita Júnior, haveria menos crianças associadas ao tráfico de drogas, à prostituição ou ao trabalho informal.



Embora lícito, álcool também é um tipo de droga e pode causar problemas, resalta Paim

Paim alerta para danos da ingestão excessiva de bebidas alcoólicas

Paulo Paim (PT-RS) chamou atenção para os perigos provenientes da ingestão em excesso de bebidas alcoólicas. O senador frisou que o álcool também é um tipo de droga, embora lícito, e pode causar diversos problemas de saúde aos usuários.

Paim advertiu que os consumidores de álcool sofrem frequentemente de dor de cabeça, vômitos, doenças no estômago, no fígado e no coração, cirrose, gastrite, anemia e úlceras. Um dos maiores problemas causados pelo álcool, acrescentou o senador, é o aumento dos acidentes de trânsito. A bebida, frisou Paim, afeta a

coordenação motora e o tempo de reação do motorista alcoolizado. Ele disse que, no segundo semestre de 2004, apenas na cidade de São Paulo, 42,7% das pessoas que morreram em acidentes de trânsito tinham bebido além do permitido.

O senador fez referência ainda a dados da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), segundo os quais o consumo de álcool é uma das principais causas de conflitos familiares. Paim advertiu para a necessidade de o Brasil ter campanhas com o objetivo de informar a população sobre os perigos do álcool.

Conheça o Senado Federal.

Você também vai se encantar.

“...um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo e criador.”

Oscar Niemeyer